



REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

NOTA JUSTIFICATIVA

I – Sumário

Aprova o novo Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional (CDN) adequando-o ao Estatuto da Ordem na redação atribuída pela Lei n.º 123/2015, de 2 de Setembro.

II – Enquadramento da matéria

A matéria tem assento no disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 39.º e no n.º 1 do artigo 130.º do Estatuto da Ordem, na redação atribuída pela Lei n.º 123/2015, de 2 de Setembro.

III – Razões para a presente regulamentação

A presente regulamentação prende-se com a necessidade de dar cumprimento às novas disposições estatutárias sobre a matéria, nomeadamente sobre a nova composição do CDN que foi alargada.

IV - Síntese do conteúdo da proposta de regulamentação

Em cumprimento de novas normas estatutárias, o presente Regulamento: atualiza a composição do CDN, no qual passam a ter assento os Presidentes dos Conselhos Diretivos das Regiões dos Açores e da Madeira; estabelece a suplência do Bastonário; estabelece que o CDN passa a poder ser convocado também a requerimento da maioria dos seus membros e do Conselho Jurisdicional; abrevia o tempo de aprovação das atas das reuniões.

V – Órgãos envolvidos

A proposta de Regulamento foi elaborada pelo Conselho Diretivo Nacional o qual, após parecer do Conselho Jurisdicional emitido nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 42.º do Estatuto, decidiu enviá-la à Assembleia de Representantes para aprovação.

VI – Encargos financeiros

O n.º 2 do artigo 120.º do Estatuto estabelece que as despesas de deslocação ocasionadas pelo funcionamento dos órgãos nacionais são suportadas pelo CDN.

O alargamento da composição do CDN aos Presidentes dos Conselhos Diretivos das Regiões dos Açores e da Madeira gerará anualmente novos e acrescidos gastos com o funcionamento deste órgão de gestão nacional, que se estimam em cerca de mais 8.000,00€ ano, a que acrescerão os encargos com as deslocações de todos os membros que o compõem, que são estimados em cerca de 30.000,00€ ano.

A situação financeira do Conselho Diretivo Nacional e da Ordem permite acomodar os encargos assinalados.



REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

PREÂMBULO

O Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional (CDN) foi aprovado pela Assembleia de Representantes de 20 de março de 1999, na vigência do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (EOE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, e com base no articulado estabelecido nesse Decreto-Lei.

A Assembleia da República aprovou, em 2 de setembro na Lei n.º 123/2015, a primeira alteração ao EOE, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 123/2015, os regulamentos emanados pela Ordem dos Engenheiros que contrariem o disposto na Lei n.º 2/2013 ou no Estatuto agora aprovado, devem ser objeto de alteração no prazo de 180 dias, sob pena de caducidade das disposições afetadas pela incompatibilidade.

Para cumprimento daquele preceito legal, tornou-se necessário proceder a uma revisão do Regulamento de Funcionamento do CDN, que vinha vigorando desde a sua aprovação em 1999.

As alterações introduzidas no texto resultam da sua adaptação às disposições do novo Estatuto, sendo de referir a nova composição do Conselho Diretivo e a possibilidade de flexibilizar deliberações de caráter urgente.

O CDN elaborou e aprovou a presente proposta de Regulamento, nos termos do n.º 3 alínea ee) do Art.º 40.º do Estatuto, cuja conformidade legal e estatutária foi verificada pelo Conselho Jurisdicional, e que submete à aprovação da Assembleia de Representantes.

Face ao exposto, o Conselho Diretivo Nacional, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do Estatuto, e após parecer do Conselho Jurisdicional, propõe à Assembleia de Representantes para apreciação e aprovação a presente proposta de Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional.

A Assembleia de Representantes em reunião ordinária realizada no Porto, em 12 de Março de 2016, nos termos conjugados do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 39.º e no n.º 1 do artigo 130.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, na redação atribuída pela Lei n.º 123/2015 de 2 de Setembro, deliberou aprovar, sob proposta do Conselho Diretivo Nacional, o Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional com o seguinte articulado:

Artigo 1.º

Da composição

1. O Conselho Diretivo Nacional, adiante designado por CDN, é um órgão colegial, de nível nacional, cuja constituição e competências, estão previstas no Estatuto.



2. O CDN é constituído pelo Bastonário, que preside, pelos dois Vice-Presidentes Nacionais, pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Diretivos das Regiões Norte, Centro e Sul e pelos Presidentes dos Conselhos Diretivos das Regiões dos Açores e da Madeira.
3. O Conselho Fiscal Nacional poderá assistir às reuniões do CDN sempre que o julgue conveniente ou este o solicite, sem direito a voto.

Artigo 2.º

Da convocação

1. O CDN reúne ordinariamente, em princípio, uma vez por mês, com exceção de agosto, e extraordinariamente por convocação do Bastonário, quando este o julgar necessário, ou por requerimento da maioria dos seus membros, do Conselho Fiscal Nacional, do Conselho Jurisdicional ou dos Conselhos Diretivos das Regiões, devendo o CDN reunir antes de decorridos 10 dias sobre a apresentação do requerimento.
2. O requerimento a que se refere o número anterior deve designar, concretamente, o objectivo da reunião, indicando a proposta de ordem de trabalhos respetiva.
3. A convocação das reuniões do CDN compete ao Bastonário e, em caso de ausência ou impedimento, a quem o substitua e deve ser feita por comunicação escrita enviada para cada membro, com a antecedência mínima de cinco dias, com indicação do dia, hora e local em que o CDN irá reunir e a respetiva ordem de trabalhos.
4. O CDN só pode reunir validamente quando estiver presente a maioria dos seus membros em exercício, sendo um deles o Bastonário ou o seu substituto.

Artigo 3.º

Local das reuniões

As reuniões do CDN têm lugar na sede nacional e nas sedes regionais Sul, Norte e Centro de forma alternada, podendo também ter lugar nas sedes regionais dos Açores e da Madeira ou em outros locais do território nacional.

Artigo 4.º

Suplência do Bastonário

1. Nas ausências e impedimentos do Bastonário a direção dos trabalhos das reuniões do CDN cabe ao Vice-Presidente Nacional mais antigo no cargo e, nas ausências e impedimentos de ambos, ao outro Vice-Presidente Nacional.
2. Possuindo ambos os Vice-Presidentes Nacionais a mesma antiguidade na assunção do cargo, a direção dos trabalhos caberá ao de mais idade.

Artigo 5.º

Das deliberações

1. As deliberações do CDN são tomadas por maioria simples.
2. Em caso de empate dos votos, o Presidente da reunião terá voto de qualidade.



3. Os membros do CDN agem a título individual e não como representantes de qualquer dos Conselhos Diretivos das Regiões, salvo quando tenham sido expressamente mandatados para o efeito pelos Conselhos Diretivos respetivos ou pelas Assembleias Regionais.
4. Assuntos de carácter urgente e por iniciativa do Bastonário poderão ser aprovados por via digital, carecendo de ser agendados na reunião imediatamente a seguir e aí ratificados.

Artigo 6.º

Dos trabalhos

1. É da competência do Bastonário a elaboração da agenda de trabalhos das diferentes reuniões, nelas incluindo obrigatoriamente as propostas que receba para este efeito, de qualquer dos órgãos nacionais ou regionais.
2. Nas reuniões do CDN será respeitada a seguinte sequência de trabalhos:
 - a) Apreciação, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior, no caso desta ainda não se encontrar aprovada e assinada;
 - b) Informação sobre o andamento de diligências para concretização de decisões anteriores;
 - c) Informação sobre outros assuntos agendados, ou não, não devendo despende-se mais de 30 minutos neste período, sendo para esse efeito rateado o tempo entre os membros que se inscreverem para fornecer as informações;
 - d) Apreciação e deliberação sobre os assuntos agendados.
3. Os assuntos que constarem da agenda duma reunião e nela não possam ser tratados deverão ser analisados na sessão seguinte, se possível com preferência sobre os restantes pontos da agenda.
4. As deliberações sobre propostas apresentadas fora da agenda de trabalhos serão transferidas para a reunião imediata, salvo se revestirem carácter de urgência, a reconhecer pelo CDN, caso a caso.
5. As decisões do CDN entram imediatamente em vigor, salvo deliberação específica em contrário.

Artigo 7.º

Das atas

1. As atas das reuniões do CDN são elaboradas pelo Secretário-Geral.
2. No final de cada sessão, e sempre que possível, será elaborada a respetiva ata, que será aprovada e assinada por todos os presentes e pelo Secretário-Geral.
3. As atas serão numeradas sequencialmente, dentro de cada ano civil, e deverão ser rubricadas em todas as folhas, incluindo os anexos que a integram.
4. Os anexos que integram a ata, poderão, sempre que tal for decidido, ser rubricados apenas pelo Bastonário, ou quem o substitua, e pelo Secretário-Geral.



5. A ata deverá conter o lugar, dia e hora da reunião, a indicação dos presentes ou representados, a ordem de trabalhos constante da convocatória, que poderá ficar anexa, a referência aos documentos submetidos à apreciação, que poderão ficar anexos, o teor das deliberações tomadas, os resultados das votações e o sentido das declarações dos participantes, se estes o requererem.
6. No caso de não ser possível a elaboração da ata no final da reunião a que respeita, designadamente em virtude da sua extensão e complexidade, a ata será elaborada pelo Secretário-Geral com a maior brevidade possível e enviada a cada um dos presentes na sessão em causa para sua apreciação, devendo ser aprovada e assinada até à reunião seguinte do CDN.
7. Se acontecer que na reunião seguinte não estejam presentes todos os membros do CDN que estiveram na reunião anterior, os membros ausentes deverão dar a sua aprovação à ata e assiná-la, logo que possível.
8. No caso previsto no número 6, e sempre que se justifique, será elaborado no final da reunião um resumo das deliberações tomadas, o qual será imediatamente aprovado e assinado por todos os presentes.
9. As atas do CDN serão anualmente reunidas em livro, cuja abertura e fecho serão assinados pelo Bastonário.
10. Em casos de manifesto interesse poderão as atas ou os resumos das deliberações ser publicados nos meios de comunicação da Ordem, por simples determinação do CDN.
11. As cópias das atas deverão ser enviadas, logo que assinadas, ao Conselho Fiscal Nacional e ao Conselho Diretivo de cada Região.

Artigo 8.º

Das competências

1. As competências do CDN são as definidas no Estatuto.
2. De acordo com o Estatuto compete ao CDN gerir os bens e serviços nacionais da Ordem.
3. O orçamento da atividade dos órgãos nacionais será unitário e a sua gestão compete ao CDN, carecendo de autorização prévia a realização de qualquer despesa.
4. A gestão corrente será efetuada pelo Bastonário, assessorado pelo Secretário-Geral, no âmbito das competências que lhe forem delegadas pelo CDN.
5. Todos os compromissos para além da gestão corrente deverão ser objeto de uma deliberação do CDN.
6. O Bastonário poderá delegar no Secretário-Geral a autorização de despesas, nos limites da sua competência, fixando a natureza ou o quantitativo máximo daquelas.
7. Os documentos bancários e todos aqueles que obriguem a Ordem perante terceiros serão sempre assinados por dois membros do CDN, sendo um deles o Bastonário ou um dos Vice-Presidentes Nacionais.



Artigo 9.º
Disposições finais

1. O CDN deve ouvir previamente o Conselho Coordenador dos Colégios sobre matérias específicas definidas no Estatuto.
2. O CDN pode delegar no Bastonário competências previstas no Estatuto, nomeadamente para contrair despesas, efetuar pagamentos e celebrar e alterar contratos, com faculdade de subdelegação.
3. O CDN pode delegar em qualquer dos seus membros competências para tratar de assuntos específicos.

Artigo 10.º
Norma revogatória

É revogado o Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional aprovado pela Assembleia de Representantes a 20 de Março de 1999

Artigo 11.º
Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua aprovação.

Aprovado no Porto, Sede da Região Norte da Ordem dos Engenheiros, a 12 de março de 2016

A Mesa da Assembleia de Representantes

José Manuel Pinto Ferreira Lemos

Celestino Flório Quaresma

Luis Fernando de Mira Amaral